LEI 1388/2007

Dispõe sobre as medidas que deverão ser providenciadas pelas instituições financeiras no âmbito do Município de Mangueirinha e dá outras providências.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu, Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - As instituições financeiras instaladas e as que se instalarem no Município de Mangueirinha, ficam obrigadas disponibilizar em suas agências, cadeiras de espera para atendimento ao cliente nos guichês de caixa, em numero proporcional ao volume de movimento de usuários.

Art.2º - Ficam as instituições financeiras, no âmbito do Município, obrigadas a colocar à disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

§1º - Para os efeitos desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento, no máximo 20 (vinte) minutos em dias normais e de 30(trinta) minutos em véspera ou depois de feriados prolongados.

§2º - O atendimento preferencial e exclusivo dos caixas destinados aos maiores de 60 (sessenta anos), gestantes, pessoas portadoras de deficiência física e pessoas com crianças no colo, será realizado através de senha numérica e oferta de, no mínimo, 15 (quinze) assentos com encosto.

Art. 3º - As instituições financeiras do Município, devem obrigatoriamente, ter sanitários em suas instalações com acesso livre e sinalizado para utilização pelos seus clientes e dotados de equipamentos adequados para pessoas portadoras de deficiências físicas.

Art. 4º - As instituições financeiras já instaladas, terão prazo de 30(trinta) dias para as providências dos artigos 1º e 2º desta lei e prazo de 120 (Cento e vinte) dias para as providências do artigo 3º, contados da publicação desta Lei, sendo que, para as instituições

que ainda irão se instalar, as determinações acima serão requisito para a concessão de Alvará.

Art. 5º - O não cumprimento das disposições da presente Lei sujeitará a infratora às seguintes punições:

- I- Advertência por escrito, com prazo de 15 (quinze) dias para regularização;
- II- Em caso de descumprimento aplicação de *multa diária* no valor de 100 (cem) UFM's – (Unidade Fiscal do Município), até a cessação da irregularidade;
- III- Após 30 (trinta) dias de multa sem que sejam tomadas as medidas para regularização, suspender-se-á o alvará de funcionamento.

Art. 6º - A fiscalização e aplicação de multa será realizada pela Divisão de Tributação e Divisão de Vigilância Sanitária, bem como serão recebidas denúncias pelas mesmas divisões, dos municípios, as quais serão imediatamente verificadas.

Art. 7º - As instituições financeiras deverão fixar, em locais visíveis, cartazes orientando os clientes a respeito desta Lei, citando inclusive, o número e o conteúdo da mesma.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei 1.185/2003 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de setembro de 2007.

Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar
Prefeito Municipal